

VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA AS MULHERES EM UNIVERSIDADES: Análise da Produção Científica

Neiva Furlin¹
Mônica Tessaro²
Eloísa Bido³

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar a produção científica acerca da violência de gênero contra as mulheres e iniciativas de enfrentamento no contexto universitário. Trata-se de uma revisão bibliográfica de trabalhos indexados nas bases de dados Scientific Electronic Library On-line (SciELO), Portal de Periódicos Capes e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), no período de 2011 a 2021. A amostra do estudo é composta por 23 trabalhos, dos quais, a partir da análise de conteúdo, emergiram três categorias analíticas: i) Representações e dados sobre violência de gênero contra as mulheres no contexto universitário; ii) Iniciativas das universidades para o enfrentamento da violência de gênero contra as mulheres; e iii) Políticas institucionalizadas nas universidades no enfrentamento da violência de gênero contra as mulheres. A pesquisa evidenciou a necessidade de as universidades criarem políticas efetivas que visam a prevenir a violência de gênero contra as mulheres.

Palavras-chave: violência de gênero; mulheres; universidades; estratégias de prevenção.

GENDER VIOLENCE AGAINST WOMEN IN UNIVERSITIES: ANALYSIS OF SCIENTIFIC PRODUCTION

ABSTRACT

This article aims to analyze the scientific production on gender violence against women and initiatives to combat it in the university context. This is a bibliographic review of works indexed in the following databases: Scientific Electronic Library On-line (SciELO), Portal de Periódicos Capes and Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), from 2011 to 2021. The study sample is composed of 23 works, from which, from the Content Analysis, three analytical categories emerged: i) Representations and data on gender violence against women in the university context; ii) University initiatives to combat gender-based violence against women, and; iii) Institutionalized policies in universities to combat gender violence against women. The research highlighted the need for universities to create effective policies that aim to prevent gender-based violence against women.

Keywords: gender violence; women; universities; prevention strategies.

Submetido em: 10/1/2023

Aceito em: 5/9/2023

Publicado em: 20/2/2024

¹ Universidade do Oeste de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação. Joaçaba/SC, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-5103-2104>

² Universidade do Oeste de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação. Joaçaba/SC, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-4784-3606>

³ Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba/SC, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-4326-9483>

INTRODUÇÃO

A partir dos anos 1970 as desigualdades de gênero, a discriminação e a violência contra as mulheres foram consideradas problemas de ordem pública. Na década de 90 do século 20 essa temática passou a receber maior atenção dos Estados Nacionais e instituições públicas, indubitavelmente pela pressão de atores sociais, como organismos internacionais e movimentos feministas.

Muitos países, entre os quais o Brasil, são signatários de tratados internacionais, como da *Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (Cedaw)*, de 1979, da *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher*, conhecida como *Convenção de Belém do Pará*, de 1994, comprometendo-se em assegurar os direitos das mulheres e reduzir processos de discriminação social e de violência com a adoção de medidas legislativas, judiciais e administrativas, oferecendo relatórios à organização das Nações Unidas sobre os avanços obtidos com a criação das medidas estabelecidas por esses tratados. Vale ressaltar que os tratados internacionais sobre os direitos humanos das mulheres “trouxeram quatro princípios orientadores dos direitos humanos das mulheres: o princípio da não discriminação, o direito a viver uma vida livre de violência, o dever de devida diligência e o acesso à justiça” (Maito; Severi, 2017, p. 3).

Nessa direção, o quinto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) anuncia a necessidade de se “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”, e aqui interessa-nos destacar duas metas estabelecidas para esse fim: “acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte” e “eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos (Brasil, 2022).

Em linha com essas observações, compreendemos que as universidades, como espaços de formação cidadã, precisam contribuir com os ODSs, colocando esse tema-problema em cena no debate acadêmico e na pesquisa científica, em vista da produção de estratégias políticas efetivas, uma vez que no ambiente universitário também se encontram processos de violência, sexismo e discriminação que ameaçam os direitos das mulheres. Fazer enfrentamento dessa realidade no contexto universitário sinaliza o compromisso com a promoção de uma educação pautada na cultura de paz, da não violência e da cidadania global. É dever das instituições públicas promover políticas para a superação das desigualdades históricas e do machismo estrutural que tem controlado violentamente os corpos das mulheres, uma vez que o “fenômeno da violência de gênero é transversal à sociedade”, e, por isso, ignora as fronteiras de classe social e de raça/etnia (Saffioti, 1994, p. 454).

A noção de violência de gênero diz respeito a qualquer “tipo de violência (física, social ou simbólica) que tenha por base a organização social dos sexos e que seja perpetrada contra indivíduos especificamente em virtude do seu sexo, identidade

de gênero ou orientação sexual” (Sardenberg; Tavares, 2016, p. 8)⁴. Para Bandeira (2019, p. 295), o termo violência de gênero⁵ remete-se às ações violentas “produzidas em contextos e espaços relacionais e, portanto, interpessoais, com cenários sociais históricos não uniformes.” É claro que essas ações violentas em todas as suas formas (doméstica, psicológica, física, moral, patrimonial, sexual, tráfico de mulheres, assédio sexual, etc.), incidem muito mais sobre os corpos das mulheres no âmbito privado/familiar ou nos espaços públicos e de trabalho.

Em uma sociedade que ainda carrega as marcas do patriarcado, a violência de gênero em todas as suas formas é um fenômeno que tem atingido mulheres de diferentes classes sociais, origens, idades, regiões, estados civis, escolaridade, etnias e, até mesmo, a orientação sexual. De acordo com *bell hooks* (2018)⁶, o patriarcado é um sistema de domínio violento que se impõe pela cultura e pelo uso da força; um sistema político-social que imprime a ideia de que os homens são inerentemente dominantes, superiores às mulheres e dotados do direito de dominar e governar, mantendo o seu domínio por meio da violência. Para a autora, o patriarcado é um sistema cultural que mantém relações sexistas, racistas, homofóbicas, de modo que acaba sustentando todas as formas de violência. Vale ressaltar que nos estudos feministas o patriarcado é apenas um dos pilares da violência contra a mulher, uma vez que existem outros elementos que compõem essa dinâmica (Bandeira, 2019).

Diante de tal fenômeno, *bell hooks* (2018) defende a necessidade de uma educação feminista para todas as pessoas como uma alternativa viável para a transformação dessas relações de poder. Assim, a autora nos faz pensar o quanto é relevante que a universidade, como um lugar de formação de futuros profissionais e pessoas cidadãs, construa caminhos possíveis para a produção de uma cultura que ajude homens e mulheres a superarem processos sexistas e hierárquicos que, ao longo da história, acabaram produzindo subjetividades violentas e/ou inferiores e submissas.

Se, por um lado, o acesso amplo à educação tem sido um pressuposto para a construção da cidadania e da dignidade da pessoa humana, como afirmam Colling e Rosa (2012), por outro os processos de violência que ocorrem no interior das instituições educativas, cujas vítimas, em geral, tem sido mulheres e minorias sociais, acabam violando os direitos humanos. Conforme Bijos (2004), a violência de gênero é um fenômeno social que ignora todas as fronteiras e ocorre em um contexto social engendrado por clivagens de gênero, em que os homens marcam seus domínios, impedindo processos emancipatórios das mulheres. Em tal contexto, torna-se

⁴ Assim, a violência de gênero atinge tanto homens quanto mulheres, como se verifica no caso da violência contra membros da comunidade LGBTQIA+, que são vítimas de todo o tipo de agressão. Considera-se, contudo, que, historicamente, a violência masculina contra as mulheres é a que tem se constituído como fenômeno de maior destaque, uma vez que ela “não manifesta apenas como fenômeno estruturado pela organização social de gênero nas sociedades contemporâneas, mas também como fator estruturante dessas sociedades” (Sardenberg; Tavares, 2016, p. 8). Nesse sentido, este estudo tem foco na violência de gênero contra as mulheres.

⁵ A noção “violência de gênero” na concepção de Lourdes Bandeira (2019), tem dupla dimensão, ou seja, é um fenômeno social e uma categoria de análise, pelo vasto campo de reflexão que foi aberto para a pesquisa científica.

⁶ Optamos por registrar o nome da autora em minúsculo, porque foi uma escolha da própria *bell hooks*, no intuito de destacar mais o conteúdo de suas obras e menos a sua pessoa. Seu nome de nascimento é Gloria Jean Watkins e o pseudônimo “*bell hooks*” faz relação à sua bisavó materna, que se chamava Bell Blair Hooks (*hooks*, 2018).

necessário a viabilidade de políticas públicas que façam enfrentamento da violência contra as mulheres, garantindo o reconhecimento à sua cidadania.

Destarte, consideramos importante evidenciar aqui os estudos que têm abordado o fenômeno da violência de gênero contra as mulheres no contexto universitário, bem como iniciativas relevantes para o enfrentamento desse problema social, uma vez que os espaços universitários refletem as dinâmicas que ocorrem na sociedade. Segundo Porto (2017), por muito tempo acreditou-se que a universidade seria um espaço onde as mulheres estariam protegidas, por ser um lugar de intelectuais, pessoas que estudam e pesquisam. A autora ressalta que,

a violência no ambiente universitário ainda não é reconhecida como violência, em especial pela ideia de senso comum que é um lugar de pessoas intelectuais, um grupo de pessoas mais privilegiadas intelectualmente e que violência contra as mulheres não existiria. Todavia, sua invisibilidade não impede que as consequências da violência se estabeleçam. O sofrimento psíquico, fruto do medo e do constrangimento, das mulheres que sofrem violência podem trazer sequelas, adoecimentos e a desistência de seguir estudando (p. 407).

Nessa direção, Almeida (2017, p. 387) assevera que os casos de violência totalizam “índices expressivos, que não só agridem as mulheres como as excluem do convívio universitário, impactando na evasão escolar e em suas carreiras profissionais”. Apesar desse fenômeno parecer algo muito recente, da última década, no espaço universitário a sua visibilização recente não significa que esse fenômeno é, de fato, novo, isso porque as sociedades sempre estiveram marcadas por sistemas de dominação, como raça, gênero e classe (Quintero-Ramírez, 2019).

O problema da violência e abuso sexual no ambiente universitário começa a ser desvelado pelas denúncias das vítimas. O estudo de Hernandez-Ramirez (2021), no entanto, aponta a existência de uma inércia por parte das autoridades, que deveriam agir diante de uma situação de violência, acolher a vítima em sua vulnerabilidade e punir o autor do ato, tomando medidas de prevenção para evitar a reiteração de situações de violência. Para a autora, existe uma dificuldade em se identificar as situações de violência nas universidades, considerando a variedade de formas e a normalização de determinadas violências, que são acobertadas sobre o viés de brincadeira.

Por outro lado, de acordo com Porto (2017), as investigações sobre violência contra as mulheres nas universidades são praticamente inexistentes, e a problematização sobre esse fenômeno tem permanecido restrito à arena política, de modo que são poucos os estudos publicados que tratam da especificidade da violência contra as mulheres no ambiente universitário.

Diante de tais considerações, o objetivo deste artigo é analisar, por meio da revisão bibliográfica, as produções científicas acerca da violência de gênero contra as mulheres e iniciativas de enfrentamento no contexto universitário⁷.

⁷ Este artigo é parte de uma pesquisa mais ampla, financiada pelo CNPq, sobre a violência de gênero no contexto das universidades brasileiras.

Consideramos que esta investigação é necessária e relevante, uma vez que os estudos sobre a violência de gênero contra as mulheres nos espaços universitários e as iniciativas institucionais para o seu enfrentamento, são incipientes. Dar visibilidade ao que se tem produzido nessa direção pode suscitar novos estudos, bem como o comprometimento público com políticas institucionais efetivas.

CAMINHO METODOLÓGICO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo revisão bibliográfica da literatura, que, neste artigo, é assumida como um método de pesquisa científica sobre violência de gênero contra as mulheres e iniciativas utilizadas pelas universidades como forma de enfrentamento dessa situação-problema.

Pesquisas assim cooperam com a “organização e análise na definição de um campo, uma área, além de indicar possíveis contribuições da pesquisa para com as rupturas sociais” (Romanowski; Ens, 2006, p. 39). Esse tipo de revisão apoia-se nas seguintes etapas: a) elaboração de um objetivo de pesquisa; b) delimitação das fontes bibliográficas; c) definição dos filtros e descritores; d) localização dos trabalhos; e) leitura flutuante dos trabalhos localizados; f) definição dos critérios de inclusão e exclusão; g) categorização e análise dos resultados.

Dessa forma, a partir do objetivo de pesquisa delimitamos o campo do conhecimento científico em três bases de dados virtuais, a saber: Scientific Electronic Library On-line (SciELO), Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) da Capes. Utilizamos os seguintes descritores: Violência de gênero *and* universidade. Seleccionamos os idiomas: português, espanhol e inglês⁸, no recorte temporal 2011-2021.

O levantamento bibliográfico foi realizado em março de 2022⁹. Os filtros utilizados na busca bibliográfica em cada base de dados estão descritos no Quadro 1.

Quadro 1 – Distribuição das publicações nas bases de dados selecionadas

Base de dados	Descritores/filtros	Número de trabalhos localizados
SciELO	Par de descritor: Violência de gênero <i>and</i> universidade. Filtros: Coleções=todos; Periódico= todos; Idioma= português, espanhol e inglês; Ano de Publicação= 2011-2021; Áreas temáticas= todos.	Par de descritor=26 Repetidos: 03 Total= 23

⁸ Inicialmente a intenção era ater-nos à produção brasileira em língua portuguesa. Ao nos depararmos com pouca produção, contudo, ampliamos para os idiomas espanhol e inglês, de modo que encontramos produções sobre o tema da pesquisa envolvendo várias universidades latino-americanas e da Espanha. Com isso, o estudo ganhou uma visão ampliada sobre o fenômeno em questão.

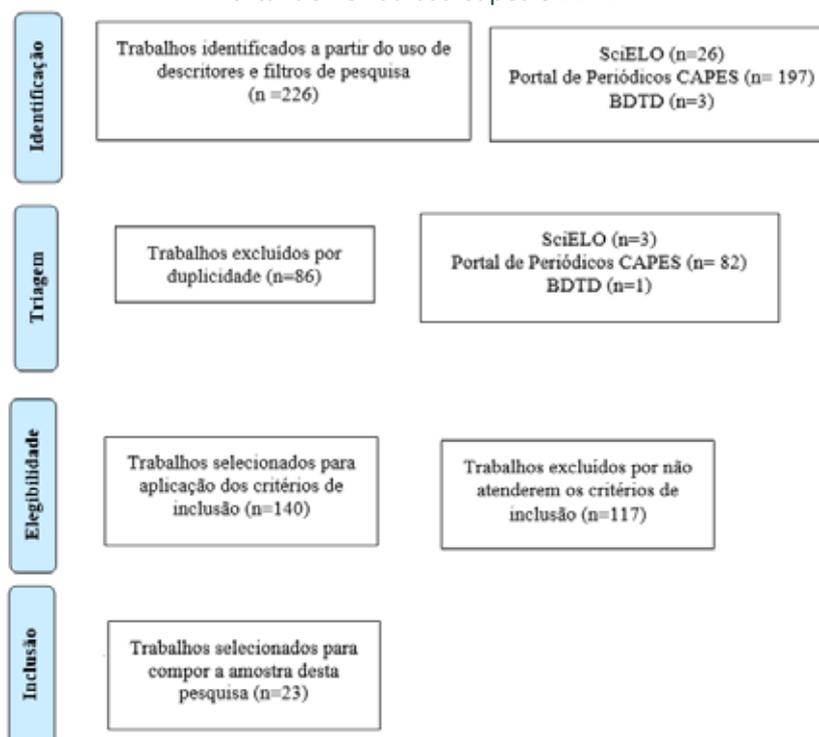
⁹ O levantamento bibliográfico foi realizado em 13 de março de 2022 das 14h às 18h. Também foram testados outros pares de descritores, a saber: mecanismos institucionais *and* universidade *and* violência de gênero; violência de gênero *and* educação; discriminação de mulheres *and* universidade; violência de gênero *and* mulheres *and* universidade, os quais foram considerados incompatíveis, pois não foram encontrados trabalhos.

Portal de Periódicos Capes	Par de descritor: Violência de gênero <i>and</i> universidade; Violência de gênero/universidade; Filtros: Periódicos revisados por pares; Recurso <i>on-line</i> ; artigos; Idioma= português, espanhol e inglês; Ano de Publicação= 2011-2021; Áreas temáticas= todos.	Par de descritor = 17.005 (apesar deste número, este par de descritor foi considerado incompatível, pois a maioria dos trabalhos não contribuía com o objetivo da pesquisa) Par de descritor com uso da barra: 197 Repetidos: 82 Total= 115
BDTD da Capes	Par de descritor: Violência de gênero <i>and</i> universidade. Filtros: Coleções=todos; Periódico= todos; Idioma= português, espanhol e inglês; Ano de Publicação= 2011-2021; Áreas temáticas= todos.	Par de descritor= 03 Repetidos: 01 Total= 02
Total de trabalhos localizados:		226
Total de trabalhos excluídos por duplicidade:		86
Total de trabalhos selecionados para a segunda etapa da pesquisa:		140

Fonte: Dados da pesquisa bibliográfica (2022).

Na Figura 1 apresentamos as informações de cada etapa de levantamento dos dados bibliográficos: identificação, triagem, elegibilidade e inclusão, de acordo com as recomendações do protocolo *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (Prisma).

Figura 1 – Fluxograma Prisma da seleção dos trabalhos localizados nas bases de dados: Scielo, Portal de Periódicos Capes e BDTD



Fonte: Dados da pesquisa bibliográfica (2022).

Foram localizados 226 trabalhos, os quais passaram pelo processo de triagem, quando identificamos 86 duplicidades. Restaram, portanto, 140 trabalhos para compor o processo de elegibilidade da pesquisa, que contemplou a leitura na íntegra e a aplicação dos critérios de inclusão. Delimitamos os seguintes critérios de inclusão: a) trabalhos que tratassem sobre o tema violência de gênero contra as mulheres e universidade; b) trabalhos que indicassem estratégias utilizadas pelas universidades visando ao enfrentamento da violência de gênero contra as mulheres; e ainda c) trabalhos que estivessem disponíveis de forma *on-line* e na íntegra. Desse modo, 117 trabalhos foram excluídos, uma vez que não atendiam aos critérios elegidos para esta pesquisa, restando, assim, 23 trabalhos que foram selecionados como amostra desta revisão bibliográfica da literatura.

Nos quadros 2, 3 e 4 apresentamos uma síntese dos trabalhos selecionados para este artigo.

Quadro 2 – Publicações selecionadas na base de dados SciELO

Autores	Título	Revista, país e ano de publicação
Kelly Cristina Máxima Pereira Venâncio; Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca	Mulheres trabalhadoras de restaurantes universitários: condições de vida, trabalho e violência de gênero	Revista Escola de Enfermagem, Brasil, 2013.
Sergio Alberto López-Molina; Marina Vázquez-Guerrero	Las políticas de género en una universidad pública estatal: discrepancias institucionales	Revista Iberoamericana Educación Superior, Brasil, 2018.
Flor de María Gamboa-Solis	Acoso sexual en la Universidad: de protocolos y protocolos	Revista Nómadas, Colômbia, 2019.
Deíse Camargo Maito; Maria Paula Panúncio-Pinto; Fabiana Cristina Severi; Elisabeth Meloni Vieira	Construção de diretrizes para orientar ações institucionais em casos de violência de gênero na universidade	Revista Interface, Brasil, 2019.
Rafael Blanco; Carolina Spataro	Con/contra las estrategias institucionales: percepciones de estudiantes universitarios ante iniciativas contra violencias sexistas	Revista Nómadas, Colômbia, 2019.
Eduardo Sandoval Obando; Juan Carlos Pena	Violencia de género y discriminación arbitraria en una universidad privada chilena: una exploración inicial	Revista Sophia, Colombia, 2019.
Óscar Alejandro Quintero Ramírez	Violencias de género e intervención institucional en la Universidad Nacional de Colombia	Revista Nómadas, Colômbia, 2019.
Carmen Romo Parra; Silvia Escobar Fuentes; Luis Miguel Rondón García	Intervención en violencia de género y alumnado universitario: diagnosis en acción	Cadernos de Pesquisa, Brasil, 2021.
Angélica María Hernández-Ramírez	Página en blanco: discursos de resistencia para reconocer y documentar la violencia contra la mujer en el ambiente académico	Revista Polis, Chile, 2021.
Luiza Csordas Peixinho da Silva; Paula Hino; Rebeca Nunes Guedes de Oliveira; Hugo Fernandes	Violência de gênero sofrida por mulheres estudantes de enfermagem: estudo transversal	Revista Brasileira de Enfermagem, Brasil, 2021.

Fonte: Dados da pesquisa bibliográfica (2022).

Quadro 3 – Publicações selecionadas na base de dados Portal de Periódicos Capes

Autores	Título	Revista, país e ano de publicação
Carmen Leonor Moreno Cubillos; Luz Elena Sepúlveda Gallego; Luisa Fernanda Restrepo Rendon	Discriminación y violencia de género en la universidad de caldas	Revista Hacia la Promoción de la Salud, Colômbia, 2012.
Juan Camilo Cardona; Laura Patricia Casas Guerra; Sandra Constanza Cañon; José Jaime Castaño Castrillón; Anyela Katherin Godoy García; Diego Fernando Henao Mendoza; Luz Karime Valencia	Sexismo y concepciones de la violencia de género contra la mujer en cuatro universidades de la ciudad e Manizales (Colombia), 2015	Archivos de Medicina, Colômbia, 2015.
Magali Barreto Ávila; Natalia Flores Garrido	Institucionalización, violencia de género y demandas desde la base	Revista Nómadas, Colômbia, 2016.
Caroline Pozzobon Francisco; Beatriz Corrêa Camargo	Desafios da extensão para a comunidade universitária: o primeiro ano do projeto “Ouvidoria Acolhidas” para casos de agressão e discriminação de gênero na Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais	Revista em Extensão, Brasil, 2018.
Sara Elizabeth Orellana; Gabriela Soria; Eugenia Burgos; Ángeles Bensi	Mujeres académicas y violencia de género en una universidad de frontera	Revista Entorno, Espanha, 2018.
María Ángela Rodríguez	La Universidad de El Salvador como espacio de reproducción de la violencia de género	Revista Entorno, Espanha, 2018.
Suzuky Margarita Gómez Castillo; María Elena Hidalgo Jiménez	Aproximación a una intervención formativa con Equidad de género para aminorar la violencia contra la mujer en la universidad pedagógica experimental Libertador	Revista Digital del Doctorado en Educación de la Universidad Central, Venezuela, 2018.
Helena Varela Guinot	Las universidades frente a la violencia de género: el alcance limitado de los mecanismos formales	Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales, México, 2020.
Clara Eugenia Peragón López	La universidad como espacio para la prevención de la violencia de género. Una propuesta didáctica a través de la literatura española (siglos XIX-XXI)	Álabe: Revista de La Red de Universidades Lectoras, Espanha, 2020.
Consuelo Dinamarca-Noack; Macarena Trujillo-Cristoffanini	Educación superior chilena y violencia de género: demandas desde los feminismos universitarios	Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Colômbia, 2021.
Adriana Ortiz Ortega; Janette Góngora; Claudia Aguilar Barroso	Dilemas constitucionales vigentes en la implementación de los protocolos para atender la violencia de género en las universidades	Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales, México, 2021.

Fonte: Dados da pesquisa bibliográfica (2022).

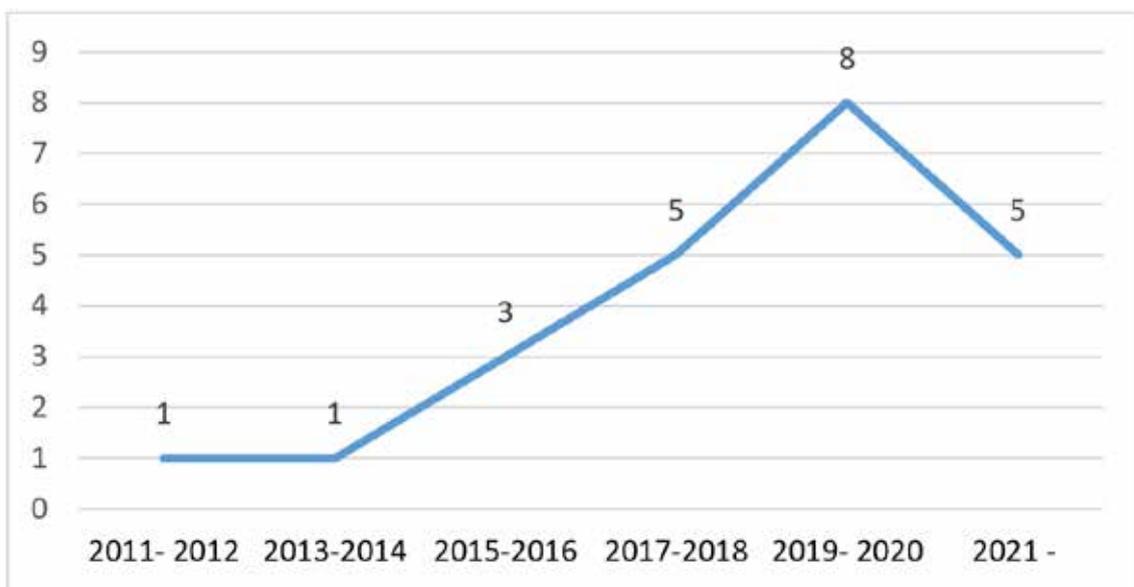
Quadro 4 – Publicações selecionadas na base de dados Publicações selecionadas na base de dados BDTD

Autores	Título	Estado brasileiro e ano de publicação
Silmara Helena Capovilla Orientação: Profa. Dra. Maria Cristina Comunian Ferraz	Mapeamento de experiências existentes nas universidades federais no combate à violência de gênero e contra as mulheres: subsídios para a construção do Observatório de Gênero Mulheres e Violência na Ufscar	São Paulo, 2016.
Letícia Mendes Paiva Orientadora: Profa. Dra. Rosely Ribeiro Lima	Representações sociais sobre a violência de gênero no contexto universitário e suas implicações formativas	Goiás, 2019.

Fonte: Dados da pesquisa bibliográfica (2022).

O Gráfico 1 evidencia a distribuição das produções selecionadas para o estudo ao longo dos dez anos últimos anos.

Gráfico 1 – Distribuição temporal (2011-2021) – os trabalhos produzidos sobre violência de gênero nas universidades latino-americanas



Fonte: Dados da pesquisa bibliográfica (2022).

Conforme podemos observar, houve um acréscimo no volume das produções sobre o tema violência de gênero no contexto universitário entre 2018 e 2020. O avanço em relação à produção do conhecimento nessa área pode ser justificado pela emergência de expor esse problema social no debate público; bem como a ação de órgãos internacionais e latino-americanos que têm dado incentivo para a pesquisa, produção e publicação acerca da violência de gênero (Monteiro; Silva; Ribeiro, 2020). Ainda podemos associar o aumento dessas produções como reflexo das múltiplas denúncias de abuso e assédio sexual que vêm ocorrendo nos últimos anos em espaços universitários, sobretudo a partir do ano de 2015, quando, em algumas universidades, as mulheres começaram a denunciar as violências vividas (Porto, 2017).

Os estudos selecionados para compor esta amostra foram analisados por meio da Análise de Conteúdo mediante a técnica da análise temática, a qual “consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição, podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (Bardin, 2011, p. 135). Ou seja, com o uso da técnica da análise temática, evidenciamos o que vem sendo discutido sobre a violência de gênero contra as mulheres no contexto universitário e, ainda, refletimos sobre as iniciativas de enfrentamento e prevenção desse problema apresentadas pelos trabalhos selecionados.

Nesse sentido, as análises que seguem foram organizadas a partir das seguintes categorias: i) Representações e dados sobre violência de gênero contra as mulheres no contexto universitário (Moreno Cubillos; Sepulveda Gallego; Restrepo Rendon, 2012; Venâncio; Fonseca, 2013; Cardona *et al.* 2015; Rodríguez de Melara, 2018; Paiva, 2019; Quintero-Ramírez, 2019; Sandoval Obando; Pena, 2019; Peragón López, 2020; Silva *et al.* 2021; Hernandez-Ramirez, 2021); ii) Iniciativas das universidades para o enfrentamento da violência de gênero contra as mulheres (Capovilla, 2016; Orellana *et al.*, 2018; Gómez Castillo; Hidalgo Jiménez, 2018; Gamboa-Solis, 2019; Maito *et al.*, 2019; Blanco; Spataro, 2019; Parra; Fuentes; García, 2021; Dinamarca-Noack; Trujillo-Cristoffanini, 2021; Ortiz Ortega; Góngora; Aguilar Barroso, 2021); e iii) Políticas institucionalizadas nas universidades no enfrentamento da violência de gênero contra as mulheres (Barreto Ávila; Flores Garrido, 2016; López-Molina; Vázquez-Guerrero, 2018; Francisco; Camargo, 2018; Varela Guinot, 2020).

A partir do exposto, nos pontos que seguem são apresentadas as análises que resultaram da revisão bibliográfica da literatura.

Representações e dados sobre violência de gênero contra as mulheres no contexto universitário

Essa categoria reúne trabalhos que apresentam dados acerca da violência de gênero presente no contexto universitário latino-americano e suas representações. Nesse sentido, iniciamos com a discussão dos dados oriundos da pesquisa de Moreno Cubillos, Sepulveda Gallego e Restrepo Rendon (2012), que teve como amostra 398 mulheres (estudantes, docentes e técnicas administrativas) vinculadas a uma universidade da Colômbia, as quais relataram que o tipo de violência mais frequente que enfrentam no contexto universitário é o abuso de autoridade, representando 36,9% da amostra, seguido de gestos obscenos, com 26,9%, agressão verbal (23,4%), agressão psicológica (22,1%) e discriminação por aspecto físico (12,3%).

Nessa mesma linha, Venâncio e Fonseca (2013), ao investigarem as condições de trabalho de 231 funcionárias de restaurantes de uma universidade brasileira, constataram que cerca de 66% da violência sofrida por essas mulheres é a violência psicológica, seguida de física, 36,3%, e, ainda, 28,6% das mulheres afirmaram que já sofreram violência sexual no local de trabalho. Já o estudo de Cardona *et al.* (2015), envolvendo 1.393 estudantes de todos os cursos de Graduação de quatro universidades da Colômbia, identificou que 51,5% dos estudantes já sofreram algum tipo de violência no contexto universitário, e para 46,5% da amostra a violência é justificada por questões de gênero.

Destaca-se, ainda, o estudo de Rodríguez de Melara (2018) que, ao aplicar um questionário a um total de 655 estudantes de uma universidade brasileira, com o objetivo de compreender as expressões de violência que se manifestam no contexto universitário, concluiu que as mulheres são as mais violentadas, representando 64,82%, seguido da população LGBTQIA+, com 34,66%. O tipo de violência mais frequente sofrido pelas mulheres é o psicológico emocional, representando 65,75%, sendo a sala de aula o espaço em que esse tipo de violência se manifesta.

Paiva (2019), ao desenvolver sua pesquisa, teve como objetivo compreender as representações sociais de 3.980 discentes de uma universidade brasileira sobre a violência de gênero e suas implicações no percurso formativo. Ao verificar as diferentes tipificações de violência de gênero vivenciadas e/ou presenciadas pelos discentes, destacou as seguintes: desqualificação intelectual, violência moral, LGBTfobia, violência psicológica e assédio sexual. Entre as implicações dessas violências no processo formativo das acadêmicas, destacam-se: crises de ansiedade, desconforto, desmotivação, reprovação e abandono do curso. Preocupado com essas questões, Quintero-Ramírez (2019) destaca a importância de abordar o tema da violência de gênero no contexto do namoro entre estudantes de uma universidade da Colômbia, pois, segundo o autor, as violências com base no gênero têm gerado consequências negativas, sobretudo para as mulheres, como diminuição da produção no estudo e, até mesmo, o abandono do curso.

No território chileno Sandoval Obando e Pena (2019) analisaram os discursos de 635 pessoas, membros de uma universidade privada, sobre a violência de gênero. Os resultados demonstram que as mulheres são as que mais relatam serem vítimas de violência psicológica (18%) e violência de gênero (6%). De acordo com os autores, a perspectiva de gênero nas últimas décadas deu maior visibilidade às desigualdades entre homens e mulheres nos diferentes espaços sociais e também chegou ao consenso de que tais desigualdades têm uma base histórica e cultural, de modo que se faz necessário repensar os espaços acadêmicos e os processos de socialização onde se constroem tais desigualdades.

Nas universidades do México esse problema também está presente, pois, segundo dados da pesquisa de Hernandez-Ramirez (2021), a violência de gênero contra as mulheres no contexto universitário manifesta-se de diferentes formas, como as já pontuadas até aqui, contudo é pouco reconhecida e analisada. Para a autora, o problema da violência de gênero contra as mulheres universitárias é a sua “normalização” por meio da manutenção de comportamentos que reforçam hierarquias de privilégios e desigualdades no exercício do poder, tanto entre funcionários e funcionárias quanto entre alunos e alunas.

Seguindo essas constatações, as pesquisas (Moreno Cubillos; Sepulveda Gallego; Restrepo Rendon, 2012; Venâncio; Fonseca, 2013; Cardona *et al.*, 2015) indicam a necessidade de realizar intervenções visando à promoção do bem-estar universitário e enfrentamento da violência de gênero contra as mulheres. Segundo Rodríguez de Melara (2018), as Instituições de Ensino Superior reproduzem sistemas heteropatriarcais e machistas, ou seja, apesar da conquista de um marco normativo de direitos das

mulheres, ainda são poucas as instâncias institucionalizadas no contexto universitário responsáveis por sua efetivação.

Nesse sentido, Paiva (2019) e Silva *et al.* (2021) consideram escassas as políticas públicas educacionais da América-Latina que visam à proteção das mulheres no contexto universitário. Por isso, indicam ser imprescindível que as Instituições de Ensino Superior comecem a pensar sobre suas responsabilidades perante o tema da violência de gênero. Para Peragón López (2020), uma das possibilidades que pode ser assumida pela universidade é a formação e sensibilização discente e docente sobre essa problemática, tendo como recursos a discussão de textos literários.

Ao finalizar a análise dos trabalhos dessa categoria, é visível a presença da violência de gênero no contexto universitário. Tal evidência corrobora o argumento de Porto (2017), de que, embora as universidades sejam vistas como um espaço no qual as mulheres estariam protegidas, nelas também ocorrem processos de violência e de discriminação como em outros espaços públicos e privados. Dessa forma, a partir dos dados e representações de violência de gênero aqui apresentados, compreendemos a necessidade de as universidades criarem políticas para acompanharem processos de denúncias, registro e sistematização de estratégia que possam colaborar com o enfrentamento e prevenção dessa problemática.

Iniciativas das universidades para o enfrentamento da violência de gênero contra as mulheres

Nessa categoria as análises centram-se nas iniciativas criadas por universidades visando o enfrentamento da violência de gênero contra mulheres. Sendo assim, iniciamos apresentando os dados da pesquisa de Dinamarca-Noack e Trujillo-Cristoffanini (2021), os quais se propõem a socializar as mobilizações feministas de 2018 em universidades chilenas, onde jovens acadêmicas denunciaram episódios de violência e assédio que sofreram em Instituições de Ensino Superior. Essa ação caracterizou-se enquanto uma iniciativa que exerceu o protagonismo das estudantes e rendeu críticas à concepção patriarcal do ensino superior.

Mobilizações sociais, como as narradas pelo estudo de Dinamarca-Noack e Trujillo-Cristoffanini (2021), buscam respostas ante as situações constrangedoras e violentas sofridas pelas mulheres e caracterizam-se pelo seu valor histórico. Sendo assim, embora sejam caracterizadas como pontuais, as mobilizações promovem dois aspectos positivos visando o enfrentamento da violência de gênero: o primeiro relaciona-se com o poder renovador das subjetividades políticas no contexto universitário; o segundo associa-se ao desenvolvimento do senso crítico, reinventando os modos de organização política, a fim de projetar novas formas de convivência no ambiente do Ensino Superior. Para que os resultados das manifestações de 2018 perdurem, contudo, é necessário a criação de estratégias que fiscalizem o cumprimento das demandas anunciadas pelas mulheres e, ainda, que seja um trabalho coletivo e sistematizado.

Por isso, em defesa de iniciativas articuladas e contínuas, destaca-se a pesquisa de Capovilla (2016), que teve como objetivo levantar ações inovadoras criadas por universidades federais brasileiras visando a combater a violência de gênero contra as mulheres. A experiência exitosa compartilhada neste estudo centra-se na criação de

um Observatório de Gênero, Mulheres e Violência, o qual tem como meta organizar, sistematizar e disponibilizar informações para a comunidade acadêmica sobre a violência contra as mulheres. Os principais assuntos tratados pelo observatório são: autonomia econômica, educação para igualdade, saúde da mulher, enfrentamento de todas as formas de violências contra as mulheres, valorização da diversidade e igualdade no mundo do trabalho.

Nesse sentido, a ideia de construção de um observatório colabora com a criação de práticas pedagógicas e administrativas que contribuem com a gestão dos conflitos ligados às relações de gênero no ambiente universitário. Essa iniciativa, de acordo com Orellana *et al.* (2018), é primordial para romper com a cultura do silêncio em torno da violência de gênero presente nos diferentes contextos sociais, como é o caso das universidades. Trata-se, portanto, de um importante passo para tornar essa problemática visível e, assim, analisá-la e buscar formas de prevenção.

Outra iniciativa citada pelas pesquisas (Gamboa-Solis, 2019; Blanco; Spataro, 2019; Ortiz Ortega; Góngora; Aguilar Barroso, 2021) é a criação, aplicação e análise de protocolos contra a violência de gênero. O estudo de Gamboa-Solis (2019) trata sobre o Protocolo de Prevenção, Ação e Erradicação da Violência de Gênero, criado por uma universidade mexicana, o qual é amparado pelas leis locais, contudo, apesar da sua criação, o assédio sexual contra as mulheres na universidade não diminuiu. Isso significa afirmar que conhecer essa problemática e levantar dados a partir do uso de protocolos, não resolve essa situação.

Nessa mesma linha, Blanco e Spataro (2019) recordam que esses dispositivos (protocolos) são válidos, uma vez que possibilitam abrir espaços crítico-reflexivos que promovam intervenção e manejo dos casos de violência contra mulheres, caso contrário, são insuficientes. Assim, os protocolos funcionam como base e não como o teto da transformação das culturas universitárias, ou seja, a crescente emissão de protocolos não diminui a violência contra as mulheres (Ortiz Ortega; Góngora; Aguilar Barroso, 2021).

Objetivando promover processos de socialização preventiva acerca dos casos de violência de gênero contra as mulheres, o estudo de Gómez Castillo e Hidalgo Jiménez (2018) trata sobre a necessidade de formação, orientação e educação dos membros de uma universidade venezuelana sobre o tema. Nesse sentido, a partir de um aparato teórico, psicológico, jurídico e comunicacional, notou-se o desconhecimento que alunos, professores, dirigentes e técnicos administrativos tinham em relação aos diferentes tipos de violências que as mulheres sofrem no ambiente universitário, por isso foram construídas estratégias visando a fortalecer a comunidade acadêmica no trato com as questões legais de proteção às mulheres, tanto em âmbito comunicacional quanto de promoção da qualidade de vida, sendo esse um tipo de intervenção social que ultrapassa ações pontuais, como a de um diagnóstico situacional isolado.

Outra iniciativa que se destacou entre as pesquisas é a elaboração de documentos que tratam sobre a responsabilização das universidades latino-americanas no enfrentamento da violência de gênero. Trata-se do estudo de Maito *et al.* (2019). Para as autoras, além da apuração dos casos de violências contra as mulheres, faz-se necessária a construção de instrumentos no intuito de combater situações discriminatórias em

qualquer espaço em que circulam pessoas vinculadas às universidades. Nesse sentido, duas iniciativas de uma universidade pública brasileira ganham destaque, a saber: a criação do Escritório Mulheres, a adesão ao Programa HeForShe, da Organização das Nações Unidas Mulheres, e a criação de comissões especiais em diferentes setores da universidade, as quais servem de base para a mediação dos casos de violência de gênero.

Ações coletivas e coordenadas colaboram com o encaminhamento de planos de ação e de políticas públicas mais eficazes contra a violência de gênero, contudo, na maioria das universidades, essas iniciativas são minoria. Para Parra, Fuentes e García (2021), essa também é uma realidade das universidades espanholas, ou seja, as práticas discursivas no contexto espanhol mostram que a violência de gênero contra mulheres é um fenômeno oculto; isso significa que o processo de sensibilização e conscientização acerca dessa problemática é um processo longo, que precisa envolver, além dos membros universitários, o sistema jurídico, órgãos de segurança, educação, saúde e assistência social do país.

Em síntese, essa categoria reuniu trabalhos que apresentam iniciativas ainda não institucionalizadas pelas Instituições de Ensino Superior de diferentes países, por isso destacamos a necessidade de continuar investigando situações de violência de gênero, visando à criação de propostas interventivas mais eficientes no enfrentamento desse fenômeno, sendo um dos caminhos a capacitação e a formação da sociedade como um todo.

Políticas institucionalizadas nas universidades no enfrentamento da violência de gênero contra as mulheres

Nas duas primeiras categorias as pesquisas apresentaram dados relacionados ao aumento dos casos de violências de gênero contra as mulheres, bem como discutiram iniciativas que as universidades vêm adotando na tentativa de diminuir essa problemática. Nesse sentido, nessa categoria foram reunidos trabalhos que discutem a importância de as Instituições de Ensino Superior adotarem mecanismos formais que lhes permitam a prevenção e o manejo dos casos de violências contra as mulheres que fazem parte do contexto universitário (Varela Guinot, 2020).

Uma questão que nos chama atenção é que mesmo com poucos estudos que tratam sobre os mecanismos, três das quatro pesquisas reunidas nessa categoria apresentam experiências de universidades mexicanas (Barreto Ávila; Flores Garrido, 2016; López-Molina; Vázquez-Guerrero, 2018; Varela Guinot, 2020) e a outra é de uma universidade federal brasileira (Francisco; Camargo, 2018).

É importante tratar a respeito de mecanismos institucionais, pois, segundo Varela Guinot (2020), embora existam políticas institucionais como diretrizes de igualdade, protocolos de ação contra a violência de gênero ou uso de linguagem inclusiva, os espaços universitários continuam reproduzindo condições de desigualdades e de violência de gênero. Nesse sentido, a pressão das estudantes diante dessas questões fez com que a Universidade Nacional Autônoma do México buscasse medidas institucionais para atender e enfrentar a violência de gênero contra as mulheres (Barreto Ávila; Flores Garrido, 2016).

As pesquisas (Barreto Ávila; Flores Garrido, 2016; López-Molina; Vázquez-Guerrero, 2018; Varela Guinot, 2020) que tratam sobre os mecanismos institucionalizados pelas universidades mexicanas afirmam que esse foi um processo lento, instituído de fora para dentro, ou seja, essa ação iniciou-se pelo âmbito internacional e foi aceita pelo Estado; sendo assim, se iniciou um processo de estudo e compressão das categorias analíticas que permitiu a institucionalização da perspectiva de gênero no contexto do Ensino Superior.

O primeiro passo foi o reconhecimento de que a assimetria de poder entre homens e mulheres não deve ser um tema alheio às universidades. A partir disso, processos políticos passaram a ser promovidos dentro dessas instituições a fim de garantir a igualdade de gênero (Barreto Ávila; Flores Garrido, 2016). Para que os mecanismos criados pelas universidades sejam institucionalizados é preciso considerar três etapas, a saber: i) a criação da política; ii) sua implementação; e iii) a avaliação (López-Molina; Vázquez-Guerrero, 2018).

Somado a essas questões, López-Molina e Vázquez-Guerrero (2018) consideram que os pesquisadores das questões de gênero devem estar à frente da definição da agenda de mecanismos institucionais visando o enfrentamento da violência de gênero, ou seja, é preciso pensar para além das questões de acolhimento das mulheres que estão em situação de violência; é preciso abrir e garantir espaço de vez e voz além da informação e da mediação dos casos (Francisco; Camargo, 2018).

Nesse íterim, consideramos que este estudo de revisão bibliográfica da literatura pode ser considerado uma iniciativa que difunde dados acerca da violência de gênero contra as mulheres nas universidades, mas é preciso continuar pesquisando a fim de elaborar planos institucionais que contemplem as questões de gênero no contexto universitário, observando a importância das Instituições de Ensino Superior como espaço de formação cidadã, um lugar onde se pode promover o debate acadêmico e ter iniciativas concretas sobre os princípios orientadores dos direitos humanos das mulheres apontados pelos tratados internacionais (Maito; Severi, 2017), objetivando erradicar os processos de discriminação e de violência que ferem o direito a uma vida digna e sem violência para o conjunto das mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do levantamento bibliográfico, que objetivou analisar, por meio da revisão da literatura, as produções científicas acerca da violência de gênero contra as mulheres e iniciativas de enfrentamento no contexto universitário, foram construídas três categorias analíticas em que aproximamos as temáticas centrais desses estudos. Assim, do *corpus* das produções que integraram esta pesquisa, dez (43,5%) trabalhos apresentam temas agrupados na primeira categoria, ou seja, são estudos que evidenciam dados percentuais acerca dos tipos de violências que as mulheres sofrem no interior das universidades; representações sociais sobre a violência de gênero; consequências dos processos de violência na vida das mulheres; normalização da violência contra as mulheres nos espaços universitários que mantêm hierarquias de gênero e de poder e a escassez de políticas para a proteção das mulheres no contexto universitário.

Esse conjunto mais expressivo da produção científica deixa evidente que os episódios de violência e discriminação de gênero são recorrentes no interior das universidades, trazendo consequências negativas para a vida das mulheres que impactam na sua permanência ou desempenho acadêmico, justamente em um espaço onde se imagina que elas estariam mais protegidas. Esses dados corroboram com o estudo de Saffioti (1994), o qual afirma que o fenômeno da violência de gênero atravessa todas as instituições sociais, ignorando as fronteiras de classe social e de raça/etnia e que, por isso, faz-se necessário o comprometimento ético por parte das lideranças das instituições universitárias para o seu enfrentamento.

No segundo grupo concentram-se nove produções (39,1%) que retratam as iniciativas não institucionalizadas que as universidades têm produzido para o enfrentamento da violência de gênero contra mulheres, as quais vão desde as denúncias a episódios de violência e de assédio, que pressionam respostas por parte das lideranças da comunidade acadêmica, até relatos sobre ações pontuais, como o *Observatório de Gênero e Violência*, criação de protocolos contra a violência de gênero e iniciativas de sensibilização, como cartilhas ou programas formativos para tratar do tema, em vista da prevenção da violência na comunidade acadêmica, entre outras.

O terceiro grupo agrega o menor número de estudos (quatro), ou seja, 17,4% do total, que são trabalhos que abordam acerca da institucionalização de mecanismos formais voltados ao enfrentamento da violência de gênero contra as mulheres que ocorrem nas universidades, como comitês, diretrizes de igualdade, protocolos de ação contra a violência de gênero, adoção de linguagem inclusiva, entre outros. Essa menor porcentagem de estudos indica tanto a necessidade de mais pesquisas, para averiguar se, de fato, as universidades têm criado mecanismos eficientes para o enfrentamento da violência de gênero, quanto que essas políticas são ainda incipientes, talvez porque pouco se denuncia ou se mascara os fatos ocorridos.

Por outro lado, este estudo mostra que as políticas institucionais somente são executadas quando a comunidade acadêmica, particularmente as estudantes, denunciam os episódios, mobilizam-se e pressionam a construção de mecanismos de enfrentamento da violência de gênero no espaço acadêmico. Chama a atenção que, apesar de os estudos que evidenciam a institucionalização de mecanismos serem reduzidos, esses focam nas universidades mexicanas. O porquê isso é mais recorrente no México é um problema que fica em aberto para futuras pesquisas que tenham interesse em aprofundar o que vem mobilizando esse fenômeno social nesse país.

Uma das questões que podemos destacar, a partir do levantamento da produção bibliográfica, é que, de fato, existem poucas pesquisas sobre a violência de gênero contra as mulheres e estratégias de enfrentamento no espaço universitário, como também foi constatado por Porto (2017). Finalmente, reiteramos a importância de mais pesquisas a respeito de tal tema não somente para evidenciar como as universidades estão se comprometendo com a resolução dos problemas da violência, sexismo e discriminação, mas para suscitar políticas efetivas que visem a prevenir, enfrentar e superar as desigualdades e processos de violência de gênero, como propõe os ODSs da ONU para 2030.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Violência contra mulheres nos espaços universitários. In: STEVENS, Cristina *et al.* *Mulheres e violência: interseccionalidades*. Brasília: Technopolitik, 2017. p. 384-399.
- BANDEIRA, Lourdes. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. In: HOLLANDA, Heloísa. *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 293-314.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARRETO ÁVILA, Magali; FLORES GARRIDO, Natália. Institucionalización, violencia de género y demandas desde la base. *Nómadas*, Bogotá, n. 44, p. 201-217, jan. 2016. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-75502016000100012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 maio 2022.
- BIJOS, Leila. Violência de gênero: crimes contra a mulher. *Revista Contexto & Educação*, Editora Unijuí, v. 19, n. 71-72, p. 111-128, jan./dez. 2004. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/1136>. Acesso em: 24 maio 2022.
- BLANCO, Rafael; SPATARO, Carolina. Con/contra las estrategias institucionales: percepciones de estudiantes universitarios ante iniciativas contra violencias sexistas. *Nómadas*, Bogotá, n. 51, p. 173-189, dez. 2019. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-75502019000200173&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 maio 2022.
- BRASIL. Nações Unidas. *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável*. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 12 jul. 2022.
- CAPOVILLA, Silmara Helena. *Mapeamento de experiências existentes nas universidades federais no combate à violência de gênero e contra as mulheres: subsídios para a construção do Observatório de Gênero Mulheres e Violência na UFSCar*. 2016. 97 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9072>. Acesso em: 26 maio 2022.
- CARDONA, Juan Camilo *et al.* Sexismo y concepciones de la violencia de género contra la mujer en cuatro universidades de la ciudad de Manizales (Colômbia), 2015. *Archivos de medicina*, [S. l.], v. 15, n. 2, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://revistasum.umanizales.edu.co/ojs/index.php/archivosmedicina/article/view/1004/1449>. Acesso em: 26 maio 2022.
- COLLING, Ana Maria; ROSA, Rosângela Corrêa da. Direito e educação, um diálogo necessário para prevenir a vitimização das adolescentes. *Revista Contexto & Educação*, Editora Unijuí, v. 27, n. 88, p. 150-186, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/416>. Acesso em: 21 maio 2022.
- DINAMARCA-NOACK, Consuelo; TRUJILLO-CRISTOFFANINI, Macarena. Educação superior chilena y violencia de género: demandas desde los feminismos universitarios. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, Manizales, v. 19, n. 2, p. 191-212, ago. 2021. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-715X2021000200191&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 maio 2022.
- FRANCISCO, Caroline Pozzobon; CAMARGO, Beatriz Corrêa. Desafios da extensão para a comunidade universitária: o primeiro ano do projeto “Ouvidoria Acolhidas” para casos de agressão e discriminação de gênero na Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais. *Revista em Extensão*, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 147-154, 2018. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/38770>. Acesso em: 26 maio 2022.
- GAMBOA-SOLIS, Flor de Maria. Acoso sexual na Universidade de Protocolos e Protocolos. *Nómadas*, Bogotá, n. 51, p. 211-221, dez. 2019. Disponível em http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-75502019000200211&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 maio 2022.
- GÓMEZ CASTILLO, Suzuky Margarita; HIDALGO JIMÉNEZ, María Elena. Aproximación a una intervención formativa con equidad de género para aminorar la violencia contra la mujer en la Universidad Pedagógica Experimental Libertador. *Revista Digital del Doctorado en Educación de la Universidad Central de Venezuela*, [S. l.], v. 4, n. 7, p. 55-78. 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6833695>. Acesso em: 26 maio 2022.

HERNANDEZ-RAMIREZ, Angélica María. Página en blanco: discursos de resistencia para reconocer y documentar la violencia contra la mujer en el ambiente académico. *Polis*, Santiago, v. 20, n. 59, p. 185-202, maio 2021. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-65682021000200185&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 26 maio 2022.

HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2018.

LÓPEZ, Clara Eugenia Peragón. La universidad como espacio para la prevención de la violencia de género. Una propuesta didáctica a través de la literatura española (siglos XIX-XXI). *Álabe: Revista de La Red de Universidades Lectoras*, Espanha, n. 22, p. 1-23, Jul/Dic., 2020. Disponível em: <https://repositorio.ual.es/handle/10835/8543>. Acesso em: 26 maio 2022.

LÓPEZ-MOLINA, Sergio Alberto; VÁZQUEZ-GUERRERO, Marina. Las políticas de género en una universidad pública estatal: discrepancias institucionales. *Revista Iberoamericana de Educación Superior*, Ciudad de México, v. 9, n. 25, p. 138-156, 2018. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2007-28722018000200138&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 26 maio 2022.

MAITO, Deise Camargo *et al.* Construção de diretrizes para orientar ações institucionais em casos de violência de gênero na universidade. *Interface*, Botucatu, v. 23, e180653, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/NyCb9wTJ8YfxBqDmNvbFF9K/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 maio 2022.

MAITO, Deise Camargo; SEVERI, Fabiana. Violência e discriminação de gênero na universidade e acesso à justiça para mulheres. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11., WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13., 2017, Florianópolis. *Anais [...]*, Florianópolis, 2017. ISSN 2179-510X. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503884762_ARQUIVO_Fazendo-genero.pdf

MONTEIRO, Solange A. de Souza; SILVA, Claudionor R.; RIBEIRO, Paulo R. Marçal. Investigação da violência de gênero na América Latina e Caribe: pequena revisão da literatura (2017-2019). *Revista on-line de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, SP, v. 24, n. 2, p. 649-667, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/13812/9179>. Acesso em: 21 jul. 2022.

MORENO CUBILLOS, Carmen Leonor; SEPULVEDA GALLEGU, Luz Elena; RESTREPO RENDON, Luísa Fernanda. Discriminación y violencia de género en la Universidad de Caldas. *Hacia la Promoción de la Salud*, Manizales, v. 17, n. 1, p. 59-76, jul. 2012. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-75772012000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 26 maio 2022.

ORELLANA, Sara Elizabeth *et al.* Mujeres académicas y violencia de género en una universidad de frontera. *Entorno*, [S. l.], n. 66, p. 214-222, 2018. Disponível em: <https://www.lamjol.info/index.php/entorno/article/view/6741>. Acesso em: 26 maio 2022.

ORTIZ ORTEGA, Adriana; GÓNGORA, Janette; AGUILAR BARROSO, Claudia. Dilemas constitucionales vigentes en la implementación de los protocolos para atender la violencia de género en las universidades. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, [S. l.], v. 67, n. 244, dez. 2021. Disponível em: <http://revistas.unam.mx/index.php/rmcpys/article/view/78115/71631>. Acesso em: 26 maio 2022.

PAIVA, Letícia Mendes. *Representações sociais sobre a violência de gênero no contexto universitário e suas implicações formativas*. 2019. 135 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Jataí, 2019. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/10126>. Acesso em: 26 maio 2022.

PARRA, Carmen Romo; FUENTES, Silvia Escobar; GARCÍA Luis Miguel Rondón. Intervención en violencia de género y alumnado universitario: diagnosis en acción. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 51, e07801, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/yB5D7VwDm6z3KBhCzkV8Zpb/?format=pdf&lang=es>. Acesso em: 26 maio 2022.

PERAGÓN LÓPEZ, Clara Eugenia. La universidad como espacio para la prevención de la violencia de género. Una propuesta didáctica a través de la literatura española (siglos XIX-XXI). *Álabe* 22, [S. l.], n. 22, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7538397>. Acesso em: 26 maio 2022.

PORTO, Madge. O enfrentamento da violência no ambiente universitário: uma experiência na Universidade Federal do Acre. In: STEVENS, Cristina *et al.* *Mulheres e violência: interseccionalidades*. Brasília: Technopolitik, 2017. p. 384-399.

QUINTERO-RAMÍREZ, Óscar Alejandro. Violencias de género e intervención institucional en la Universidad Nacional de Colombia. *Nómadas*, Bogotá, n. 51, p. 191-209, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1051/105163363012/105163363012.pdf>. Acesso em: 26 maio 2022.

RODRÍGUEZ DE MELARA, María Ángela. La Universidad de El Salvador como espacio de reproducción de la violencia de género. *Entorno*, [S. l.], n. 66, p. 62-75, 2018. Disponível em: <https://biblioteca2.utec.edu.sv/entorno/index.php/entorno/article/view/551>. Acesso em: 26 maio 2022.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte”. *Revista Diálogos Educacionais*, Curitiba, v. 6, n. 6, p. 37-50, 2006. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/24176>. Acesso em: 26 maio 2022.

SAFFIOTI, Heleieith. Violência de gênero no Brasil atual. *Estudos Feministas*, Florianópolis v. 2, Supl. Especial, p. 443-461, jul./dez. 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16177>. Acesso em: 26 maio 2022.

SANDOVAL OBANDO, Eduardo; PENA, João Carlos. Violencia de género y discriminación arbitraria en una universidad privada chilena: una exploración inicial. *Sophia*, Armênia, v. 15, n. 2, p. 55-70, set. 2019. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-89322019000200055&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 maio 2022.

SARDENBERG, Cecília; TAVARES, Márcia. *Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento*. Salvador: Edufba, 2016.

SILVA, Luiza Csordas Peixinho da *et al.* Violência de gênero sofrida por mulheres estudantes de enfermagem: estudo transversal. *Revista Brasileira de Enfermagem*, [S. l.], v. 74, n. 5, e20200539. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/gHbmBsWHdhTB6Lv88X9NQMJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 maio 2022.

VARELA GUINOT, Helena. Las universidades frente a la violencia de género: el alcance limitado de los mecanismos formales. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, [S. l.], v. 65, n. 238, p. 49-80, abr. 2020. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-19182020000100049&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 26 maio 2022.

VENÂNCIO, Kelly Cristina Máxima Pereira; FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. Mulheres trabalhadoras de restaurantes universitários: condições de vida, trabalho e violência de gênero. *Revista da Escola de Enfermagem*, São Paulo, v. 46, n. 5, p. 1.016-1.024, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/wKW9FVc9ppHYPMWzZz6KJcd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 maio 2022.

Este estudo foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para as bolsas e apoio financeiro concedido por meio do processo n. 405277/2021-0.

Autora correspondente:

Neiva Furlin

Universidade do Oeste de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação.

Rua Getúlio Vargas, 2125 – Bairro Flor da Serra – Joaçaba/SC, Brasil – CEP 89600-000

nfurlin@yahoo.com.br

Todo conteúdo da Revista Contexto & Educação
está sob Licença Creative Commons CC – By 4.0.